

DESPACHO ADMINISTRATIVO

LICITAÇÃO Nº 030/2023

01 – Analisando-se os autos verifica-se que a empresa **AUX CONTACT CENTER LTDA**, devidamente cientificada da decisão da agente de licitação responsável pela licitação nº 030/2023, a qual declarou vencedora do certame a empresa **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**, manifestaram intenção de interpor Recurso Administrativo conforme registrado em ata;

02. Conforme Ata da Sessão da Licitação, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a competente apresentação dos memoriais, tendo estes sido apresentados tempestivamente pela empresa **AUX CONTACT CENTER LTDA**;

03. Verifica-se dos autos o regular contraditório e ampla defesa as partes.

04 - Verifica-se que a empresa **AUX CONTACT CENTER LTDA**; apresentou contrarrazões aos recursos administrativos.

05. A Divisão Jurídica manifestou-se por meio do Parecer Jurídico nº 166/2023, datado de 13/07/2023 analisou e opinou pela **IMPROCEDÊNCIA** do Recurso Administrativo proposto pela empresa **IMPROCEDÊNCIA** do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **AUX CONTACT CENTER EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 20.254.135/0001-90, para manter o Resultado final da Sessão Pública de Licitação nº 030/2023, proporcionando cumprimento integral dos itens de habilitação e demais atos editalícios, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, em respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da boa fé, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e realidade.

06. Encaminhado o processo administrativo à Agente de Licitação responsável, esta manteve o despacho classificatório pelos seus próprios fundamentos, bem como seguindo o Parecer Jurídico nº 166/2023.

07. Tendo em vista o comprometimento da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL com o interesse público e o dever de observar o princípio constitucional da isonomia na busca por selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, **adoto integralmente as razões do Parecer Jurídico nº 166/2023, para conhecer dos recursos administrativos apresentados, e no mérito, desprovê-los**, observando a atuação dos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Razoabilidade e da Proporcionalidade;

08 – Diante dos fatos apresentados, necessário se faz a publicação do resultado do julgamento do recurso, tendo em vista que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República.

09 - Deste modo, determino a publicação do presente despacho administrativo no site de licitações da COCEL, bem como, determino que se encaminhe a decisão à todos aqueles que participaram da Sessão de Licitação nº 030/2023, proporcionando efetiva publicidade dos atos. Ainda, publique-se no Diário Oficial de Campo Largo.

Campo Largo, 14 de julho de 2023.

Nelson Chagas
Diretor Administrativo